



IRMÃOS CAMPOS&CERBONCINI  
AUDITORES ASSOCIADOS

# **Opção Administradora de Consórcio Ltda**

**Relatório do Auditor Independente  
Demonstrações contábeis em  
30 de junho de 2024**

**RC/SP084/2024**

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2024**

**ÍNDICE DOS ASSUNTOS TRATADOS**

- 1. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, 3**
- 2. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 9**
- 3. PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO 10**
- 4. BALANÇO PATRIMONIAL, 11**
- 5. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO, 12**
- 6. RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E EXERCÍCIO, 13**
- 7. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO, 14**
- 8. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, 15**
- 9. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO, 16**
- 10. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS, 17**
- 11. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023, 18**



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI  
AUDITORES ASSOCIADOS

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.  
Sócios da  
**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
Caratinga – MG

### **Opinião com Ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da **OPÇÃO Administradora de Consórcio LTDA.** (administradora), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, como também a demonstração consolidada dos recursos de consórcio (**Grupos**) em 30 de junho de 2024 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **OPÇÃO Administradora de Consórcio LTDA.** em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, como também as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2024 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis**

#### **▪ Reconhecimento da Receita de Prestação de Serviços**

A Administradora não reconheceu as receitas de taxa de administração de acordo com a Resolução BCB Nº 120/2021 do Banco Central em razão de não haver ainda no mercado um software adequado para apurar suas receitas



quando satisfeita a obrigação de desempenho de transferir aos clientes o serviço de administração de grupos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Outros Assuntos**

### **▪ Demonstrações Financeiras do exercício de 2023**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu o Relatório do Auditor Independente em 08 de fevereiro de 2024 com as seguintes ressalvas:

(I) Para o reconhecimento das Receitas com Taxa de Administração, a empresa considerou o Parágrafo 2º. do Artigo 8º. da Circular Bacen no. 2.381/1993, que é apropriada por ocasião do seu efetivo recebimento, havendo o mesmo tratamento contábil para as Despesas com comissões, que são apropriadas quando da realização da venda (Carta-Circular Bacen no. 2.598, de 27.11.1995). A Resolução BCB no. 120, de 27.07.2021, aplicável a partir de 01.01.2022, revogou o Parágrafo 2º. do Artigo 8º. da Circular Bacen no. 2.381/1993, prevendo em seu 7º. que as referidas receitas e despesas devem ser reconhecidas "Pro-Rata Temporis", considerando-se os números de dias corridos. A modificação do critério contábil na apropriação das receitas e despesas, de acordo com a Resolução BCB no. 120/2021, pode ter reflexos no Resultado e nas Contas Patrimoniais, em consequência do diferimento desses recursos e gastos, dos impostos sobre faturamento, créditos sobre insumos e impostos sobre lucros. Consequentemente, não foi possível mensurar a relevância ou reflexos no resultado e PLA da empresa.



(II) Estão apresentados na conta ativa “adiantamentos para pagamento de nossa conta”, o montante de R\$ 142.693,57 relativo a despesas comerciais e administrativas que interferirão no resultado da empresa e conseqüente desenquadramento do seu PLA – Patrimônio Líquido Ajustado. Este apontamento foi regularizado no 1º semestre de 2024.

### ▪ **Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2023**

As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2023, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu o Relatório do Auditor Independente em 24 de agosto de 2023 com as seguintes ressalvas:

(I) Para o reconhecimento das Receitas com Taxa de Administração, a empresa considerou o Parágrafo 2º. do Artigo 8º. da Circular Bacen no. 2.381/1993, que é apropriada por ocasião do seu efetivo recebimento, havendo o mesmo tratamento contábil para as Despesas com comissões, que são apropriadas quando da realização da venda (Carta-Circular Bacen no. 2.598, de 27.11.1995). A Resolução BCB no. 120, de 27.07.2021, aplicável a partir de 01.01.2022, revogou o Parágrafo 2º. do Artigo 8º. da Circular Bacen no. 2.381/1993, prevendo em seu 7º. que as referidas receitas e despesas devem ser reconhecidas “Pro-Rata Temporis”, considerando-se os números de dias corridos. A modificação do critério contábil na apropriação das receitas e despesas, de acordo com a Resolução BCB no. 120/2021, pode ter reflexos no Resultado e nas Contas Patrimoniais, em conseqüência do diferimento desses recursos e gastos, dos impostos sobre faturamento, créditos sobre insumos e impostos sobre lucros. Conseqüentemente, não foi possível mensurar tais reflexos, havendo a previsão de recebimento de taxa de administração futura de todos os grupos no montante de R\$ 5.741.325,05.

### **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor**

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e principais fatos administrativos do período.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração, bem como o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma



perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI  
AUDITORES ASSOCIADOS

contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2024.

**IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI**  
**AUDITORES ASSOCIADOS**  
**CRC 2 SP 013.900/O-8**

**Fábio Cerboncini**  
**Sócio Contador**  
**CRC 1 SP 079.347/O-3**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Aos

Cotistas, consorciados, funcionários e parceiros

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à sua apreciação as nossas demonstrações contábeis do semestre em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do semestre, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa, das consolidadas dos recursos de consórcios e das consolidadas das variações das disponibilidades de grupos de consórcio, bem como as notas explicativas sobre as demonstrações contábeis, o relatório dos auditores independentes e principais fatos administrativos do período.

Atualmente, a Opção Administradora de Consórcios Ltda. possui 13 grupos em andamento, com 3.638 consorciados ativos e foram entregues até o encerramento do semestre 324 bens. Ainda no referido período, registrou um Prejuízo de **R\$ 123.768,36** (cento e vinte e três mil setecentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos) no primeiro semestre de 2024. Patrimônio Líquido de **R\$ 855.606,64** (oitocentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e seis reais e sessenta e quatro centavos), Ativos Totais de **R\$ 451.787,84** (quatrocentos e cinquenta e um mil setecentos e oitenta e sete reais e oitenta e quatro centavos) e registrou no primeiro semestre Receita Bruta de **R\$ 2.203.481,04** (dois milhões duzentos e três mil quatrocentos e oitenta e um reais e quatro centavos).

Agradecemos aos nossos consorciados, aos fornecedores e, especialmente, aos nossos funcionários e colaboradores pela confiança e credibilidade que nos foi depositada.

**A ADMINISTRAÇÃO.**

## **PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO**

No primeiro semestre de 2024 foram empreendidos esforços para expansão das operações comerciais da Administradora, em duas direções: desenvolvimento de operações de consórcio *white-label* para parceiros institucionais; expansão dos canais comerciais da própria marca, em caráter de parceria, com a negociação de três novos parceiros comerciais que serão ativados no último quadrimestre de 2024.

No mês de junho de 2024, foi inaugurado o Grupo N° 176, com 90 meses de prazo e até 700 cotas, para comercialização de automóveis.

### **A ADMINISTRAÇÃO.**

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA  
BALANÇO PATRIMONIAL  
ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023  
(Em milhares de Reais)

	ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTAS	2024	2023	NOTAS	2024	2023	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.159</b>	<b>799</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>622</b>	<b>429</b>
Instrumentos Financeiros	5	777	501	Fornecedores		70	33
Contas a Receber		9	17	Empréstimos e Financiamentos	9	382	267
Impostos a compensar		6	6	Obrigações Trabalhistas	10	80	51
Adiantamentos	6	367	275	Encargos Sociais	11	32	26
				Impostos e contribuições a recolher	13	47	40
				Outros Débitos		11	11
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>452</b>	<b>443</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>133</b>	<b>333</b>
<b>Permanente</b>				Empréstimos e Financiamentos	9	133	333
Investimentos	7	400	400				
Imobilizado	8	52	43	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	16	<b>856</b>	<b>480</b>
				Capital Social		1.900	1.400
				Reserva de retenção de lucros		(1.044)	(920)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.611</b>	<b>1.242</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.611</b>	<b>1.242</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023  
(Em milhares de Reais)

	NOTA	2024	2023
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		19	11
<b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>19</b>	<b>11</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Receitas de prestação de serviços	17	2.074	1.878
Despesas com pessoal	18	(389)	(259)
Despesas Administrativas	19	(1.703)	(1.464)
Despesas Tributárias	20	(211)	(209)
Outras Despesas Tributárias		(18)	(8)
Despesas com Depreciação e Amortização		(5)	(5)
Outras Receitas Operacionais		98	99
		<b>(154)</b>	<b>32</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>(135)</b>	<b>43</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>			
Receitas não Operacionais		11	-
		<b>11</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>(124)</b>	<b>43</b>
<b>IMPOSTOS SOBRE O LUCRO</b>			
Provisão para Imposto de Renda	12	-	(4)
Provisão para Contribuição Social	12	-	(3)
		-	<b>(7)</b>
<b>(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(124)</b>	<b>36</b>
<b>(PREJUÍZO) LUCRO POR QUOTA DE CAPITAL (Em Reais)</b>		<b>(0,07)</b>	<b>0,03</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023**  
(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<u><b>(124)</b></u>	<u><b>36</b></u>
Reserva de Reavaliação	-	-
Ajuste de Exercício Anterior	-	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>	-	-
<b>Relacionados ao resultado abrangente</b>	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<u><b>(124)</b></u>	<u><b>36</b></u>

*AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS*

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023**  
(Em milhares de Reais)

	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS</u>	<u>LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS</u>	<u>TOTAL</u>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<u>1.400</u>	<u>(796)</u>	<u>-</u>	<u>604</u>
Lucro líquido do período			36	36
Transferência de saldos		36	(36)	-
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023</b>	<u>1.400</u>	<u>(760)</u>	<u>-</u>	<u>640</u>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<u>1.400</u>	<u>(920)</u>		<u>480</u>
Aumento de Capital	500			500
Prejuízo do período			(124)	(124)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024</b>	<u>1.900</u>	<u>(920)</u>	<u>(124)</u>	<u>856</u>

*AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS*

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023  
(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado Líquido do Período	(124)	36
<b>Valores que não afetaram o Caixa:</b>		
Depreciação e amortização	5	5
Resultado na baixa do ativo imobilizado	4	10
<b>Caixa antes das mutações do Capital de Giro</b>	<u>(115)</u>	<u>51</u>
<b>Aumento (Redução) dos Ativos Circulantes</b>		
Taxa de Administração a Receber e Outros	8	16
Outros Créditos	(195)	(77)
Outros Valores e Bens	103	(14)
<b>Aumento (Redução) dos Passivos Circulantes</b>		
Fornecedores	37	2
Obrigações trabalhistas	29	16
Impostos e Contribuições sociais	6	4
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	-	(1)
Impostos e Contribuições a recolher	7	(10)
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>(121)</u>	<u>(13)</u>
<b>Atividades de Investimento</b>		
Aquisições do ativo imobilizado	(18)	(22)
<b>CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<u>(18)</u>	<u>(22)</u>
<b>Atividades de Financiamentos</b>		
Adiantamento para aumento de capital	500	-
Empréstimos e financiamentos	(85)	(9)
<b>CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<u>415</u>	<u>(9)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA LÍQUIDO</b>	<u>276</u>	<u>(44)</u>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE</b>	<u>276</u>	<u>(44)</u>
Disponibilidades no início do período	501	298
Disponibilidades no final do período	777	254

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.  
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO  
EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023  
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2024		2023		PASSIVO	Notas	2024		2023	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>19.050</b>	<b>16.913</b>	<b>CIRCULANTE</b>				<b>19.050</b>	<b>16.913</b>		
<b>Disponibilidades</b>		<b>6.355</b>	<b>5.559</b>	<b>Obrigações com consorciados</b>	4.6						
Depósitos bancários		43	46	Recebimentos não identificados			14				31
Aplicações financeiras	4.1	1.144	1.750	Contribuições de consorciados não contemplados			9.742				9.484
Aplicações vinculadas a contemplações	4.1	5.168	3.763	Valores a repassar	4.7		381				497
<b>Direitos junto a consorciados contemplados</b>		<b>12.695</b>	<b>11.354</b>	Obrigações contemplações a entregar	4.8		5.168				3.763
Normais	4.3	12.192	10.881	Recursos a devolver a consorciados	4.9		2.336				2.101
Em atraso		171	215	Recursos do Grupo	4.10		1.409				1.037
Em cobrança judicial		332	258								
<b>COMPENSAÇÃO</b>	4.11	<b>85.373</b>	<b>69.259</b>	<b>COMPENSAÇÃO</b>	4.11		<b>85.373</b>				<b>69.259</b>
Previsão mensal recursos a receber	4.4	1.191	1.104	Recursos mensais a receber			1.191				1.104
Contribuições devidas ao grupo		43.791	35.214	Obrigações do grupo por contribuição			43.791				35.214
Valor dos bens ou serviços a contemplar	4.5	40.391	32.941	Créditos a disposição consorciado			40.391				32.941
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>104.423</b>	<b>86.172</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>			<b>104.423</b>				<b>86.172</b>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.**  
**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS**  
**EM 30 DE JUNHO DE 2024 E DE 2023**  
(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>5.997</b>	<b>6.326</b>
Depósitos bancários	50	60
Aplicações financeiras	1.119	1.739
Aplicações vinculadas a contemplações	4.828	4.527
<b>RECURSOS COLETADOS</b>	<b>12.859</b>	<b>11.756</b>
Contribuições Aquisição de bens	10.160	9.109
Taxa Administração	1.872	1.672
Contribuições Fundo de Reserva	174	144
Rend. Aplicações Financeira	259	304
Multas e juros moratórios	60	55
Prêmios de seguros	231	249
Custas judiciais	-	-
Outros	103	223
<b>RECURSOS UTILIZADOS</b>	<b>(12.501)</b>	<b>(12.523)</b>
Aquisição de bens	(9.774)	(9.532)
Taxa de Administração	(1.870)	(1.672)
Multas e Juros Moratórios	(31)	(27)
Prêmios de Seguros	(231)	(249)
Consoiciados Desligados - Pagamentos	(359)	(660)
Outros	(236)	(383)
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>6.355</b>	<b>5.559</b>
Depósitos bancários	43	46
Aplicações financeiras	1.144	1.750
Aplicações vinculadas a contemplações	5.168	3.763

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE  
JUNHO DE 2024 E DE 2023**

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A administradora tem por objetivo a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor, de grupos de consórcio constituídos com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

**NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**2.1. Declaração de Conformidade (com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil)**

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas na Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo BACEN para que sejam aplicáveis a Administradora. A Administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do BACEN sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Administradora, quando aplicável, com exceção a Resolução BCB nº120 no item 2b: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações

contábeis - CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41- Resultado por ação, CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Os procedimentos adotados pela Administradora estão sujeitos à validação por parte do seu órgão regulador, o Banco Central do Brasil.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 08 de agosto de 2024.

## **2.2. Moeda Funcional e de Apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da Administradora é o Real.

### **2.3. Novas Normas e Resoluções Vigentes**

As novas regras de funcionamento de grupos de consórcio, editadas em 19 de janeiro de 2023 pela Resolução BCB no 285 que entrou em vigor em 1o de julho de 2024, consolida e atualiza as normas que dispõem sobre a constituição e o funcionamento de grupos de consórcio, estabelecidas na Circular BCB no 3.432, de 3 de fevereiro de 2009, e em outros atos normativos correlatos, tendo em vista o Decreto no 10.139/2019, que estabelece a obrigação de rever e consolidar atos normativos editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Por esta nova Resolução é vedada a cobrança de taxa de administração do consorciado após a sua exclusão do grupo de consórcio. Em caso de exclusão de consorciado, eventual valor cobrado a título de antecipação de taxa de administração que exceder à importância efetivamente devida pelo participante proporcionalmente ao período de tempo do contrato deve ser objeto de devolução, *pro rata*, por ocasião da contemplação do consorciado excluído.

Em novembro de 2023 foi publicada a Resolução BCB nº 352, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que a Empresa iniciou o plano para a implementação a ser concluído até 31 de dezembro de 2024 e será mantido a disposição do Banco Central do Brasil.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 2022 a Resolução BCB nº 178 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos e que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

### **NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA**

As políticas contábeis adotadas pela administradora são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

### **3.1. Apuração do Resultado**

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

### **3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações financeiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela opção para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

### **3.3. Instrumentos Financeiros**

Títulos e valores mobiliários O Bacen, por meio da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, estabeleceu os critérios de avaliação e classificação contábil de títulos e valores mobiliários, introduzindo o conceito de marcação pelo valor de mercado e de classificação de acordo com a intenção da administração em operar com determinado título para registro contábil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme abaixo:

- **Títulos para Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e

frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- **Títulos Disponíveis para Venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrued*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários;

- **Títulos Mantidos Até o Vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Administradora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01. Os títulos da Administradora são classificados como disponíveis para venda e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários estão registrados e divulgados pelo saldo líquido de resgate, em conformidade com os extratos bancários (Nota 5 ). A provisão dos impostos incidentes está registrada na rubrica “Impostos a Recuperar”.

### **3.4. Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

### **3.5. Despesas Antecipadas**

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

### **3.6. Investimentos**

Os imóveis não de uso próprio são registrados em outros investimentos de caráter permanente.

### **3.7. Imobilizado**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da administradora.

Depreciado as taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

### **3.8. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo**

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

### **3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os valores apresentados no passivo circulante estão líquidos das antecipações efetuadas durante o exercício.

A provisão para impostos diferidos é calculada sobre a reserva de reavaliação às mesmas alíquotas dos impostos correntes.

### **3.10. Valores Pendentes de Recebimento Judicial**

Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

### **3.11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional, sendo: a) Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa; b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

### **3.12. Resultado Não Recorrente**

São resultados de eventos não usuais relacionados com a atividade da administradora ou ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não foram identificados resultados não recorrentes.

### **3.13. Moeda Funcional e de Apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da administradora é o Real.

## **NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO**

### **4.1. Aplicações Financeiras**

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determina a Circular 3.432/09. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados pró rata dia.

### **4.3. Direitos junto a Consorciados Contemplados – Normais**

Representamos valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial.

### **4.4. Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados**

Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro de 2024. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2023.

#### **4.5. Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar**

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

#### **4.6. Obrigações com Consorciados**

Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não identificados - valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços.

#### **4.7. Valores a Repassar**

Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados à administradora ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contratos e outras obrigações.

#### **4.8. Obrigações por Contemplações a Entregar**

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

#### **4.9. Recursos a Devolver a Consorciados**

Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos.

#### **4.10. Recursos do Grupo**

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

#### **4.11. Compensação**

**Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados:** Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço;

**Contribuições Devidas ao Grupo e Suas Obrigações de Grupo por Contribuições:** Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidos pelos consorciados ativos até o final do grupo.

### **NOTA 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Em 30 de junho de 2024, as aplicações em Fundo de Investimento lastreadas a títulos públicos do Tesouro Nacional/ Banco Central, são remuneradas pela variação diária do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

Em atendimento a Resolução BCB nº 156 de 19/10/2021, os saldos apresentados nas contas de Recursos Não Procurados, grupos encerrados posteriormente a Lei 11.795/2008, saldos de Recursos a Devolver a Consorciados – Credores Diversos e Recursos Pendentes de Cobrança Judicial e seus respectivos os saldos em contas bancárias e aplicações financeiras correspondentes, são classificados nas contas contábeis alocadas no Grupo de Compensação, R\$ 47 Mil, (em 30/06/2024) e R\$ 113 mil (em 31/12/2023).

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	<u>777</u>	<u>501</u>
	<b>777</b>	<b>501</b>

## NOTA 6. ADIANTAMENTOS

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
FORNECEDORES	50	153
FUNCIÓNÁRIOS	5	-
SÓCIOS	<u>312</u>	<u>122</u>
	<b>367</b>	<b>275</b>

## NOTA 7. INVESTIMENTOS

	<b>30/06/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
TERRENOS DE NÃO USO	194	194
EDIFICAÇÕES	<u>206</u>	<u>206</u>
	<b>400</b>	<b>400</b>

## NOTA 8. IMOBILIZADO

	<b>CUSTO</b>	<b>DEPRECIÇÃO ACUMULADA</b>	<b>30/06/2024 SALDO LÍQUIDO</b>	<b>31/12/2023 SALDO LÍQUIDO</b>
COTAS DE CONSÓRCIO	19	-	19	6
MOBILIÁRIO	29	(20)	9	8
COMPUTADORES E PERI.	47	(23)	24	29
	<b>95</b>	<b>(43)</b>	<b>52</b>	<b>43</b>

### EXERCÍCIO DE 2023

<b>CUSTO AQUISIÇÃO</b>	<b>SALDOS EM 31/12/2022</b>	<b>ADIÇÕES</b>	<b>BAIXAS</b>	<b>TRANSF.</b>	<b>SALDOS EM 31/12/2023</b>
COTAS DE CONSÓRCIO	1	23	(18)	-	6
MOBILIÁRIO	28	-	-	-	28
COMPUTADORES E PERI.	47	-	-	-	47
	<b>76</b>	<b>23</b>	<b>(18)</b>	<b>-</b>	<b>81</b>
(-) DEPRECIACIONES	(27)	(11)	-	-	-
	<b>49</b>	<b>12</b>	<b>(18)</b>	<b>-</b>	<b>43</b>

### 1º SEMESTRE DE 2024

<b>CUSTO AQUISIÇÃO</b>	<b>SALDOS EM 12/2023</b>	<b>ADIÇÕES</b>	<b>BAIXAS</b>	<b>TRANSF.</b>	<b>SALDOS EM 30/06/2024</b>
COTAS DE CONSÓRCIO	6	17	(4)	-	19
MOBILIÁRIO	28	1	-	-	29
COMPUTADORES E PERI.	47	-	-	-	47
	<b>81</b>	<b>18</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>95</b>
(-) DEPRECIACIONES	(38)	(5)	-	-	-
	<b>43</b>	<b>13</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>52</b>

## NOTA 9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>CURTO PRAZO</b>		
CÉDULA DE CRÉDITO – BRADESCO	382	267
	<b>382</b>	<b>267</b>

<b>LONGO PRAZO</b>		
CÉDULA DE CRÉDITO – BRADESCO	133	333
	<b>133</b>	<b>333</b>

## NOTA 10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
SALÁRIOS A PAGAR	42	30
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	22	21
PROVISÃO DE 13º SALÁRIO E ENCARGOS	16	-
	<b>80</b>	<b>51</b>

## NOTA 11. ENCARGOS SOCIAIS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
INSS A PAGAR	20	16
FGTS A PAGAR	2	3
IRRF S/ FÉRIAS	10	7
	<b>32</b>	<b>26</b>

## NOTA 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE LUCRO

O imposto de renda é calculado com base no lucro real, à alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social é calculada à razão de 9%. O saldo da contribuição social sobre o lucro líquido e Imposto de renda pessoa jurídica a pagar no final do 1º semestre de 2024 é R\$ 0,00 mil.

	<u>1º Semestre 2024</u>	<u>1º Semestre 2023</u>
<b>IRPJ</b>		
<b>BASE CONTÁBIL</b>	-	43
(+) ADIÇÕES	-	-
(-) EXCLUSÕES	-	(13)
(=) BASE PARA O IRPJ	-	30
(+) CALCULADO A 15%	-	4
(+) ADICIONAL DE 10%	-	-
<b>(=) TOTAL DO IRPJ</b>	-	4
(-) INCENTIVOS FISCAIS	-	-
(=) VALOR PROVISIONADO	-	4
(-) ANTECIPAÇÕES	-	-
(+) COMPOSIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DO IR	-	-
	<b>-</b>	<b>4</b>

CSLL	<u>1º Semestre 2024</u>	<u>1º Semestre 2023</u>
<b>BASE CONTÁBIL</b>	-	<b>43</b>
(+) ADIÇÕES	-	-
(-) EXCLUSÕES	-	(13)
<b>(=) BASE PARA A CSLL</b>	-	<b>30</b>
(+) CALCULADO A 9%	-	3
<b>(=) TOTAL DA CSLL</b>	-	<b>3</b>
	-	-
<b>(=) VALOR PROVISIONADO</b>	-	<b>3</b>
(-) ANTECIPAÇÕES	-	-
(+) COMPOSIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DA CSLL	-	-
	-	<b>3</b>
	-	-
<b>IRPJ/CSLL – A RECOLHER</b>	<u><b>30/06/2024</b></u>	<u><b>31/12/2023</b></u>
IRPJ	-	-
CSLL	-	-
	-	-

### NOTA 13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER

<b>CURTO PRAZO</b>	<u><b>30/06/2024</b></u>	<u><b>31/12/2023</b></u>
Imposto sobre serviços	19	17
PIS	4	3
COFINS	16	13
IRRF S/ SERVIÇOS DE TERCEIROS	3	3
RETENÇÃO CONFORME LEI 10.833/03	4	4
	<b>46</b>	<b>40</b>

### NOTA 14. RECURSOS NÃO PROCURADOS

Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

## NOTA 15. PROVISÕES

**Passivos Contingentes Prováveis:** As provisões para passivos contingentes são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos com risco de perda provável em 30 de junho de 2024 montam o valor de R\$ 0,00 (R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2023).

**Passivos Contingentes Possíveis:** As perdas possíveis não são reconhecidas, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração, baseados nas opiniões de seus consultores jurídicos. Os processos com risco de perda possíveis em 30 de junho de 2024, montam o valor de R\$ 4 mil (R\$ 0,00 em 31 de dezembro de 2023). As contingências consideradas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

## NOTA 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Capital Social:** O capital social é de R\$ 1.900.000,00 (Um Milhão) e está representado por 1.900.000,00 (Um Milhão) cotas no valor de R\$ 1,00 cada;

## NOTA 17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>1º Semestre 2024</u>	<u>1º Semestre 2023</u>
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	2.074	1.878
	<u>2.074</u>	<u>1.878</u>

## NOTA 18. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>1º Semestre 2024</u>	<u>1º Semestre 2023</u>
PESSOAL - BENEFÍCIOS	65	36
PESSOAL - ENCARGOS	89	67
PESSOAL - PROVENTOS	221	155
PESSOAL - TREINAMENTOS	14	1
	<u>389</u>	<u>259</u>

## NOTA 19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>1º Semestre 2024</u>	<u>1º Semestre 2023</u>
ÁGUA E LUZ	32	22
ALUGUÉIS	71	57
COMUNICAÇÕES	20	31
HONORÁRIOS	122	105
PROCESSAMENTO DE DADOS	193	182
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	69	70
SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIAL.	366	470
VIAGENS NO PAÍS	163	73
DESPESAS DE MATERIAL	17	5
DESPESAS SERVIÇOS SIST. FINAN.	37	40
DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERC.	578	380
OUTRAS DESPESAS ADMINIS.	35	29
	<b>1.703</b>	<b>1.464</b>

## NOTA 20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>1º Semestre 2024</u>	<u>1º Semestre 2023</u>
DESPESAS DE PIS	20	21
DESPESAS DE COFINS	90	96
DESPESAS DE ISS	101	92
	<b>211</b>	<b>209</b>

## NOTA 21. OPERAÇÕES DO CONSÓRCIO

As operações de consórcio em 30 de junho de 2024 apresentam a seguinte posição:

<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
QUANTIDADE DE GRUPOS EM ANDAMENTO	13	12
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS ATIVOS	3.638	3.302
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES NO EXERCÍCIO	324	333
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES, ACUMULADO	2.164	1.840
BENS PENDENTES DE ENTREGA ACIMA DE 30 DIAS	186	317
CONSORCIADOS DESISTENTES E EXCLUÍDOS NO EXERCÍCIO	218	154
CONSORCIADOS DESISTENTES E EXCLUÍDOS, ACUMULADO	2.518	2.310
TAXA MÉDIA DE INADIMPLÊNCIA	16,85	23,07

## NOTA 22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Os consorciados mantêm seguros de vida, junto às seguradoras, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se contabilizados em Prêmios de Seguros Utilizados.

## **Gerenciamento de Riscos**

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

### **NOTA 23. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não há eventos subsequentes até a data de publicação das demonstrações financeiras.